



XVII SICTI
Seminário de Iniciação Científica,
Tecnológica e Inovação
X SIMIT
Simpósio de Inovação Tecnológica

**CIÊNCIA e
COOPERAÇÃO
na AMAZÔNIA**
**16 a 19 de
Setembro**
IFPA Campus Bragança

MAPEAMENTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA REGIÃO DO CAPIM/PARÁ: UM OLHAR PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE RECONHECIMENTO

Andrei Luis Soeiro Alves ¹, Nikolas Ryan Lima da Silva ², Luis Gustavo Macedo Ferreira ³, Wesley Santos de Matos⁴, Francisco Oliveira de Sousa Neto⁵

¹ Acadêmico do Curso de Administração Integrado ao Ensino Médio, IFPA, campus Paragominas.

² Acadêmico do Curso de Administração Integrado ao Ensino Médio, IFPA, campus Paragominas.

³ Acadêmico do Curso de Administração Integrado ao Ensino Médio, IFPA, campus Paragominas.

⁴ Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia, IFPA, campus Paragominas, E-mail autor correspondente: wesley.matos@ifpa.edu.br.

⁵ Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia, IFPA, campus Paragominas, E-mail autor correspondente: francisco.oliveira@ifpa.edu.br.

Área de conhecimento/Subárea: Área 06 - Ciências Humanas; Subárea: História

ODS vinculado(s): ODS10 - Redução das desigualdades - Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.

RESUMO: O presente estudo é parte do projeto de pesquisa intitulado “Mapeamento das comunidades quilombolas da Região do Capim” que está em sendo desenvolvido no IFPA, Paragominas. Ele apresenta dados parciais da primeira fase da pesquisa, no qual foi realizado o mapeamento das comunidades quilombolas da Região do Capim. Após a realização da pesquisa, foi mapeada um total de trinta e quatro comunidades quilombolas localizadas em oito municípios. Esses dados sugerem que a ausência quilombos em metade dos municípios se articula com entraves históricos relacionados a garantia dos direitos desses coletivos, sobretudo no que se refere ao direito ao território e a terra, no estado do Pará especialmente, esses direitos colidem frontalmente com os interesses do grande latifúndio da monocultura da soja e da mineração. Acrescenta-se ainda o esfacelamento das políticas públicas de reconhecimento e certificação promovidas pelo Estado brasileiro nos sete anos, sobretudo, no período compreendido entre 2019 a 2022.

PALAVRAS-CHAVE: comunidades quilombolas; políticas públicas; região do Capim; reconhecimento.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado “Mapeamento das comunidades quilombolas da Região do Capim/Pará: um olhar para as políticas públicas de reconhecimento” é parte de um projeto de pesquisa que está em curso no IFPA, *Campus Paragominas*, juntamente com estudantes bolsistas do Ensino Médio Técnico Integrado. O referido projeto está dividido em duas fases e tem por objetivos: i) mapear as comunidades quilombolas da Região do Capim; verificar quais comunidade possuem escolas em seus



XVII SICTI
Seminário de Iniciação Científica,
Tecnológica e Inovação
X SIMIT
Simpósio de Inovação Tecnológica

**CIÊNCIA e
COOPERAÇÃO
na AMAZÔNIA**
**16 a 19 de
Setembro**
IFPA Campus Bragança

territórios; compreender como a Educação para as Relações Étnicorraciais e a Lei 10.639/2003 (alterada pela Lei 11.645/2008) tem se efetivado nas escolas e; analisar como tem se constituído os processos de escolarização nas comunidades quilombolas.

METODOLOGIA

O presente estudo se ancora na vertente qualitativa de pesquisa (Lüdke; André, 1986, p. 1). Essa metodologia se baseia na padronização, procedimentos de busca, seleção e análise definidos afim de evidenciar a qualidade das pesquisas e a validade dos resultados elaborados pelos pesquisadores (Mancini; Sampaio, 2006, p. 1).

Os dados foram construídos a partir de consultas e levantamentos realizados nas bases de dados da Fundação Cultural Palmares – FCP. Inicialmente foi efetuado o levantamento da totalização de comunidades certificadas e/ou reconhecidas no país, em seguida afinou-se para a o estado Pará e na sequência foi realizado o recorte para a região foco de estudo nesta investigação.

Com os dados constituídos, os estudantes bolsistas do Ensino Médio Integrado, sob a supervisão do professor coordenador, efetuaram o refinamento e a filtragem dos dados obtidos na FCP. A equipe realizou a pesquisa pelo nome de cada um dos 16 municípios da Região do Capim, com vistas a encontrar as menções a eles e, por fim, verificar a quantidade de comunidades quilombolas certificadas e/ou reconhecidas em cada um deles. Posteriormente foram construídas tabelas organizando as comunidades existentes por municípios, nomes e data de certificação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Comunidades Remanescentes de Quilombo – CRQs, historicamente, têm experienciado os efeitos danosos do racismo institucional e estrutural que persiste em organizar as relações na sociedade brasileira (Almeida, 2018). Apesar das políticas públicas construídas nos quinze primeiros anos deste século voltadas para a população negra, especialmente aquelas cujo alvo são as CRQs, é certo que muitas dessas políticas têm encontrado dificuldades para efetivarem-se na prática a partir do golpe institucional/parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff (PT) no ano de 2016.

Conforme aponta Malcher (2017), o estado do Pará foi pioneiro na recepção dos pressupostos legais preconizados pelo Artigo 68 – ADCT ao prever em sua Constituição no ano de 1989, no Artigo 322 e mais tarde o referido dispositivo da constituição estadual viria a ser objeto da Lei 6.165 de 1998, em que dispõe sobre procedimentos elementares e necessários para a regularização dos territórios quilombolas na esfera estadual. Embora o estado seja o primeiro a recepcionar o dispositivo constitucional em sua legislação maior, os dados sugerem que as políticas públicas de reconhecimento e certificação das comunidades quilombolas no estado do Pará tem desacelerado na última década.

CONCLUSÕES

Após a realização da pesquisa, foi mapeado um total de trinta e quatro comunidades quilombolas localizadas em oito municípios da região do Capim. Esses dados sugerem que a ausência de comunidades quilombolas em metade dos municípios integrantes da referida região e o total de 34 comunidades reconhecidas, se articulam com entraves históricos relacionados a garantia dos direitos dos povos quilombolas, sobretudo no que se refere ao direito ao território e a terra, no estado do Pará especialmente, esses direitos colidem frontalmente com os interesses do grande latifúndio da monocultura da soja e da



XVII SICTI
Seminário de Iniciação Científica,
Tecnológica e Inovação
X SIMIT
Simpósio de Inovação Tecnológica

**CIÊNCIA e
COOPERAÇÃO
na AMAZÔNIA**
**16 a 19 de
Setembro**
IFPA Campus Bragança

mineração.

Acrescenta-se ainda o esfacelamento das políticas públicas de reconhecimento e certificação promovidas pelo Estado brasileiro nos sete anos, sobretudo, no período compreendido entre 2019 a 2022. Destaca-se que nesse período citado, órgãos como a Fundação Cultural Palmares, importante na promoção de políticas voltadas para os povos quilombolas, manteve-se sob a égide de direcionamentos políticos-ideológicos que, na correlação de forças, agiam em desfavor das garantias dos direitos das comunidades quilombolas.

Referências

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 abr. 2025.

_____. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Presidência da República [do Brasil], Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 9 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 23 abr. 2025.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MALCHER, M. A. F. Formação e territorialização quilombola no Estado do Pará. **Revista da ABPN**, v. 9, n. 23 • jul – out, 2017.

MANCINI, M. C.; SAMPAIO, R. F. Quando o objeto de estudo é a literatura: estudos de revisão. **Revista Brasileira Fisioter**, v. 10, n. 4, p. 361-472, out./dez. 2006.